

## MÍDIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A COBERTURA DE VEÍCULOS DA GRANDE IMPRENSA NACIONAL SOBRE A VISITA DO PRESIDENTE IRANIANO EM 2009.

*THE MEDIA AND INTERNATIONAL RELATIONS: THE COVERAGE MADE BY IMPORTANT NATIONAL PRESS VEHICLES OVER THE VISIT OF THE IRANIAN PRESIDENT IN 2009.*

**RODRIGO GUTH ESTEVES**<sup>1</sup>

Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP-SP

E-mail: rodrigo\_guth@hotmail.com

**Resumo:** O principal objetivo deste trabalho é compreender a posição de setores da mídia durante a visita do presidente iraniano ao Brasil, em novembro de 2009. Procura-se entender o motivo pelo qual ela parece não ser isenta. Desta forma, a pesquisa busca entender como esta posição reage à agenda de política externa no Brasil. Para isto, temos a hipótese de que o Governo Lula abandonou uma posição subalterna aos interesses norte-americanos e passou a enfrentá-los, desagradando a uma parcela da sociedade brasileira. Outra hipótese é a de que estes grupos exercem seus poderes de influência com o objetivo de pressionar o governo para enfraquecer sua agenda externa.

**Palavras-chave:** Política Externa; Governo Lula; Irã; Meios de Comunicação; Relações Internacionais.

**Abstract:** This research's main concern is to understand the opinion of a part of the media over the visit of the Iranian president to Brazil in November 2009. It intends to figure out the reason why the visit doesn't seem to be unbiased. Therefore, the research will try to comprehend how this publishing behavior reacts to Brazil's foreign policy agenda. In order to do it, the paper claims that Lula's administration abandoned a passive attitude towards North America's interests, displeasing part of the Brazilian society. Another hypothesis is that these groups will use their power of influence to rouse the government with the intention of weakening its foreign policy agenda.

**Keywords:** *Foreign Policy; Lula's Government; Iran; Media; International Relations.*

---

<sup>1</sup> Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP

## Introdução

**P**ara embasar este trabalho redigimos, inicialmente, um breve preâmbulo sobre o desenvolvimento deste campo na História Contemporânea, uma articulação do método de análise de discurso e de uma justificativa, no caso do nosso objeto, que é a rejeição dos meios de comunicação à visita do presidente iraniano ao país, no final de novembro de 2009.

A progressão dos meios de comunicação internacionais, na segunda metade do século XX, culminou com o aparecimento de algumas distorções no cenário midiático, levando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a aprovar medidas propostas pela Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), denominadas "Um Mundo, Muitas Vozes". Este documento, assinado no início da década de 1980, buscava apontar soluções para os problemas associados às fontes da mídia internacional, como o monopólio, e encontrar soluções, como o fomento à pluralidade de fontes de informação.

No final do século XX, Keohane e Nye passaram a defender a visão de que o *soft power*<sup>2</sup> requer um uso substancialmente eficaz dos meios de comunicação internacionais. Além do mais, Nye defende a visão de que estes representam um novo ator transnacional: "Pelo fato de que a mídia é lida além das fronteiras e retira suas informações fora da fronteira também, eu a consideraria um ator transnacional" (NYE apud<sup>3</sup> CAMARGO, 2011, p 44, tradução nossa).

É necessário enfatizar que este tipo de trabalho necessita de um princípio de homogeneidade na seleção dos textos e sua leitura, já que a ideologia transita na forma pela qual as hipóteses foram formuladas e vinculadas aos textos e suas condições de produção (VERÓN, 1974, p. 10). E não é preciso estabelecer uma análise completa ou exaustiva dos textos, pois a ideologia, como pode se manifestar na comparação entre textos:

A noção de ideologia operante permite fundamentar a constituição do corpo do texto em termos de comparação e diferenças sistemáticas, e a orienta na identificação daquilo que nos interessa

---

<sup>2</sup> Nye diz que *soft power* seria um poder de coerção, que por sua vez é a "capacidade de um país estruturar uma situação para que outros países desenvolvam preferências ou definam seus interesses de maneiras coerentes com suas próprias." (NYE JUNIOR, 1990, p. 168, tradução nossa)

<sup>3</sup> Camargo apresenta esta opinião de Nye de uma correspondência eletrônica trocada com o autor.

dentro do corpo. Está claro, então, que não se trata de propor uma análise “completa” e “exaustiva” dos textos. (VERÓN, 1974, p. 9-10, tradução nossa)

Para a análise, também é importante traçarmos as condições de produção do discurso, que servirá como base para a coleta dos dados empíricos. Ela deverá partir de textos que "falam da mesma coisa" (VERÓN, 1974: p. 10), mas também devemos estudar em que meios de informação iremos nos basear.

Outra observação diz respeito ao consumo dos periódicos, a notar:

Se os critérios de periodicidade, função e gênero possibilitam uma primeira identificação que situa nosso objeto dentro do sistema dos meios de comunicação de massas, proporcionando-nos um ponto de partida para a *comparação* dos textos, o consumo diferencial nos permitirá estabelecer o eixo principal que define as *variações sistemáticas* do corpo. Em consequência, o consumo diferencial corresponde claramente, em primeiro lugar, a fronteiras de classe. Em segundo lugar, trata-se de um fenômeno muito estável, vinculado não apenas aos meios de comunicação de massa específicos (tal qual o periódico), mas também a *conjuntos* de meios, constituindo assim a base de verdadeiros “universos de leitura” relativamente fechados. (VERÓN, 1974, p. 13, grifos do autor, tradução nossa)

Quanto à formulação dos títulos, vem a calhar salientarmos que há uma parcela de leitores da imprensa escrita que recorre aos títulos como fonte de informação, e dão ao texto em si uma atenção muito mais débil e fragmentada. Em virtude deste fenômeno, é conhecido que redatores tendem a concentrar na formulação de títulos certos aspectos críticos de produção de texto (VERÓN, 1974, p. 27-30).

É de se imaginar, portanto, que uma parte daquilo que trataremos como "posição ideológica" dos veículos de mídia pode partir de suas formulações nos títulos de suas matérias, publicações e editoriais.

## **2. A evolução da política externa brasileira (1995-2011)**

Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) possuem características diversas e, no que diz respeito à diplomacia, apresentam "diferenças nas ações, nas preferências e nas crenças, buscando resultados específicos muito distintos no que diz respeito à política externa" (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 275).

Tendo em vista estes fatos, é necessário entender também a maneira pela qual o Brasil se inseriu no cenário internacional durante o Governo Lula. Os governos brasileiros da década de 1990 iniciaram o processo de substituição das relações bilaterais por relações multilaterais na agenda externa do país, de forma ainda vagarosa (PECEQUILO, 2008, p. 143). O governo de Lula deu continuidade a este processo, acelerando-o e inserindo o Brasil no eixo global-multilateral, o que provocou diversas críticas de "[...] tensões ideológicas, gerando classificações como Americanistas e Anti-Americanistas" (PECEQUILO, 2008, p. 143). Entretanto, na visão da autora, estas críticas podem se revelar equivocadas. Segundo ela, as relações estadunidenses demonstram que o país tradicionalmente beneficia aqueles parceiros com poder de barganha e não aqueles que buscam alinhamento. Ademais, considera também equivocadas estas críticas por levarem em conta a ideia de um Brasil com suposta fraqueza, um mundo unipolar, e as prioridades econômicas dos EUA e aquelas voltadas para a América Latina (PECEQUILO, 2008, p. 143).

O Brasil, durante o Governo Lula, aproveitou de uma maior aproximação multilateral para aumentar seu poder de barganha por meio da mudança tática de sua agenda externa. Nas palavras de Vizontini:

[...] Lula começou a desenvolver uma agenda internacional intensa como porta voz de um projeto [...] uma política externa de desalinhamento em relação ao consenso do "Atlântico Norte" como forma de recuperar a capacidade de negociação. (VIZENTINI, 2006, p. 189)

Como elucidado por Vigevani e Cepaluni, Lula concentrou esforços para se aproximar de outros Estados do Sul, enfatizando o discurso de combate à fome. Mas, de forma geral, a grande mudança de sua política externa em comparação com a de seu antecessor, foi a busca por novas formas de inserção internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283). Fernando Henrique Cardoso registrou uma vertente de política externa que se convencionou chamar de "autonomia pela participação" - maior adesão aos regimes internacionais sem a perda da capacidade de gestão de política externa, influenciando as próprias formulações das regras do Sistema Internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283) -, enquanto Lula utilizou a diplomacia para "inserir o nome do Brasil no cenário mundial acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras" (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 282), e adotando a chamada "autonomia pela diversificação" (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283). Nesta

estratégia, o país buscava aumentar sua presença no cenário internacional, enfatizando a cooperação Sul-Sul em função da possibilidade de um maior poder de barganha com os países do Norte. Tal consolidação da presença no sistema internacional pode ser considerada pelo aumento do pleito por um maior protagonismo do Brasil no cenário internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

### **3. A visita de Ahmadinejad diante da conjuntura internacional**

O contexto internacional em que se insere a visita de Ahmadinejad ao Brasil precisa ser caracterizado. Apontamos alguns elementos que nos ajudam a interpretar a maneira como os países do sistema internacional veem o Irã e se relacionam com ele. Para compreender este fenômeno, é importante traçar um breve apanhado da História recente do país.

Segundo Coskun, a História recente do Irã é marcada pela ingerência externa, mas “Após a Revolução Islâmica de 1979, os respectivos líderes do governo buscaram aplicar políticas hostis ao Ocidente em geral e aos EUA em particular” (COSKUN, 2009, p. 183, tradução nossa). Mas em resposta a esta atitude, os EUA aplicaram uma política de contenção que “buscava isolar o Irã do resto do mundo e cortar suas relações com a comunidade internacional” (COSKUN, 2009, p. 183, tradução nossa). Entretanto, esta atitude não foi bem sucedida, e acabou apenas fortalecendo a posição do Irã como um dos maiores exportadores de petróleo do mundo.

Um dos fatores que mantêm o Irã no centro das preocupações geopolíticas das nações centrais é sua importância energética. O país possuía, em 2014, a quarta maior reserva de petróleo. A exploração e a exportação de petróleo também se mostram de grande relevância por estarem em sétimo maiores do mundo e fomentam o valor estratégico do país<sup>4</sup>.

Daí extraímos a importância do Oriente Médio no cenário energético. “Ao final de 2002, 65,2% das reservas provadas do mundo estavam localizadas no Oriente Médio, das quais 25 pontos percentuais em território saudita” (TORRES FILHO, 2007, p. 220). O Oriente Médio é, portanto, estratégico para os Estados Unidos. Juntos, os países da região são os maiores produtores de petróleo do mundo, embora nem todos possuam um relacionamento amistoso com os EUA.

---

<sup>4</sup> U.S. Energy Information Administration – EIA (disponível em: <[www.eia.gov](http://www.eia.gov)>. Acesso em: 28/8/2015)

Desde a Revolução de 1979, o Irã mantém, até hoje, as estruturas críticas à hegemonia norte-americana, cuja ingerência no Oriente Médio é evidente. Neste cenário, o fato de o Irã ter inaugurado um programa nuclear deixa em evidência os impasses diplomáticos da região, além de criar um novo conflito que envolve não apenas os EUA, mas outros países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Para os EUA, que não reconhecem oficialmente a República Islâmica do Irã desde a Revolução de 1979, o programa nuclear iraniano é ilegal. A solução encontrada pelos norte-americanos seria a aplicação de sanções econômicas coordenadas entre os países:

Ambos atuando pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e por autoridades regionais ou nacionais, os Estados Unidos, os Estados-membros da União Europeia, a República da Coreia, o Canadá, a Austrália, a Noruega, a Suíça e outros anunciaram um forte, vinculante conjunto de medidas de sanções relacionadas aos setores nuclear, balístico, energético, naval, de transporte e financeiro do Irã. (U.S DEPARTMENT OF STATE, tradução nossa)

As sanções têm a finalidade de inibir atividades econômicas do Irã que acabariam, conseqüentemente, inviabilizando o programa nuclear do país. Os Estados Unidos temem, principalmente, o fortalecimento de grupos opositoristas ao seu poder no Oriente Médio, como o Hamas<sup>5</sup> e o Hezbollah<sup>6</sup>.

Um parêntese que se faz necessário neste momento advém das anotações do Ministro Celso Amorim. Antes da visita de Ahmadinejad ao Brasil, em 2009, Amorim (2013) relatou que os países do P5+1<sup>7</sup> haviam proposto um acordo com o Irã, onde ele entregaria Urânio fracamente enriquecido e receberia Urânio mais enriquecido, para fins médicos. A ideia destes países era atrasar o enriquecimento de urânio ao reduzir as reservas iranianas do combustível. Amorim relata que em uma de suas conversas com o presidente iraniano, o mesmo admitiu uma possível inclinação ao acordo proposto. Segundo ele, Ahmadinejad

admitiu que, num primeiro momento, se inclinara a concordar com ela, mas que a intensa propaganda ocidental, especialmente nos EUA, no sentido de que o acordo

---

<sup>5</sup> Hamas: Partido político que governa a Faixa de Gaza, e reivindica o estabelecimento do Estado Palestino (ROY, 2000).

<sup>6</sup> Hezbollah é um partido político libanês. Buscou uma solução ao impasse político no Líbano, onde a representação política é dividida proporcionalmente por grupos religiosos. Eles reivindicam um novo censo, pois o censo em vigor data da década de 30. O Hezbollah encontrou na violência um método de negociação poderoso, passando a ser um importante ator (GLEIS; BERTI, 2012).

<sup>7</sup> Grupo de países com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (França, Inglaterra, Estados Unidos, Rússia e China) mais a Alemanha.

“atrasaria o programa nuclear iraniano em pelo menos um ano” teria despertado forte reação no seu país, tanto da parte de setores dirigentes (aludia, obviamente, ao aiatolá Khamenei, sem mencioná-lo) como da oposição, representada, entre outros, por Mousavi<sup>8</sup>. (AMORIM, 2015, p. 41)

Sucintamente, percebemos que o Irã estava inserido, em 2009, em um contexto internacional complexo. A singularidade da política interna do Irã soma-se a uma indisposição das grandes potências para o diálogo com o país. Os EUA, por sua vez, lideram uma campanha de boicote ao Irã, em que sanções comerciais são impostas, uma propaganda negativa é feita e tentativas de resoluções diplomáticas de conflitos desestimuladas. E o fato de o Irã ter iniciado um programa nuclear nos anos recentes agravou este cenário.

#### **4. A visita de Ahmadinejad e o cenário político brasileiro**

Uma análise das opiniões dos veículos de mídia nacionais não pode deixar de citar alguns dos elementos que permeiam o debate político durante o governo Lula. Afinal, não se pode esquecer que em 2010 ocorreriam as eleições presidenciais no Brasil. E a política externa do governo do Presidente Lula está inserida neste quadro. Entre os elementos a assinalar, apontamos a singularidade da condução da política externa por Celso Amorim, entre 2003 e 2011, e que sofreu muitas críticas por ser considerada “partidária”. Não obstante, o debate se tornou ainda mais acirrado com a aproximação das eleições presidenciais de 2010.

Primeiramente, faz-se necessário tecer uma breve contextualização da eleição do Presidente Lula, em 2002. Bresser-Pereira e Diniz traçam o cenário da política nacional da década de 1990, quando os setores mais conservadores do empresariado brasileiro, aliados a diretrizes ortodoxas neoliberais moldadas pelo Consenso de Washington<sup>9</sup>, executaram uma série de medidas agressivas para controlar a instabilidade econômica advinda da crise da dívida externa na década de 1980. Tais medidas causaram descontentamento de alguns setores industriais e, nas palavras de Bresser-Pereira e Diniz (2009),

---

<sup>8</sup> Mir-Hossein Mousavi Khameneh foi candidato à presidência do Irã em 2009, sendo derrotado por Ahmadinejad.

<sup>9</sup> Conjunto de medidas estabelecido entre o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Entre algumas medidas salientamos o afrouxamento de leis trabalhistas e econômicas, a abertura econômica para o capital externo, o câmbio flutuante, a redução de gastos públicos, a privatização de empresas estatais e a abertura comercial.



Tem início, então, uma mudança política no âmbito do governo que será acompanhada pela crítica às reformas orientadas para o mercado e, principalmente, pela demonstração de que existem políticas macroeconômicas alternativas à ortodoxia convencional. A mudança no plano estritamente político traduziu-se em fortes inflexões nos resultados eleitorais para a presidência da República em vários países da região, elegendo-se candidatos de esquerda ou centro-esquerda para a chefia do Estado<sup>10</sup> (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009. p. 90).

Foi neste contexto que o Presidente Lula assumiu o cargo em 2003, em meio a um ceticismo local por parte dos setores mais conservadores do empresariado brasileiro. Sua eleição contou com uma campanha que aliou as bases tradicionais do Partido dos Trabalhadores (PT), e uma nova aliança com setores industriais, que passaram a apoiar o PT.

Como já foi apontado, para encabeçar o Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi indicado o diplomata Celso Amorim. Encarregado de formular a política externa do governo, ele foi um dos responsáveis pela aproximação entre Brasil e Irã. Nas palavras do ministro, o governo Lula fez uma mudança em relação à tradição diplomática brasileira:

A intensidade da atividade diplomática é, a um só tempo, fator gerador e reflexo de uma mudança na política externa brasileira. Seguimos princípios e linhas de ação que já fazem parte da índole brasileira, como o respeito à soberania dos Estados e a solução pacífica de controvérsias, ou, ainda, a defesa do multilateralismo. Mas a determinação de traduzir em ação concreta a visão de uma ordem internacional mais justa e democrática é uma característica do Governo Lula, que traz, na prática, iniciativas e ação inovadoras. (AMORIM, 2005, p. 2).

Em 2009, o ministro filiou-se ao PT, sofrendo críticas daqueles que acusavam a administração de Lula de partidarizar a política externa.

Tal partidarização se tornou um argumento recorrente dos críticos à política externa do Governo Lula. Em primeiro lugar, observamos que, no jornal *Folha de S. Paulo*, Adghirni (2009) publicou sua visão sobre o estreitamento das relações entre Brasil e Oriente Médio, indicando que “Partidos de oposição, como o PSDB<sup>11</sup>, apontam os laços de Brasil-Irã como prova da politização da diplomacia brasileira pelo presidente petista” (ADGHIRNI, 2009).

Para Mesquita, que realizou uma análise desta partidarização, é importante notarmos primeiramente, sua novidade, tendo em vista a recente aproximação dos grandes partidos (especialmente PSDB e PT) com questões da agenda externa (MESQUITA, 2011).

---

<sup>10</sup> Entre estes: Hugo Chavez, na Venezuela; Lula, no Brasil; Nestor Kirchner, na Argentina; Evo Morales, na Bolívia; Tabaré Vasquez, no Uruguai; Michelle Bachelet, no Chile; e Rafael Correa, no Equador.

<sup>11</sup> PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira.



Mesquita caracteriza o termo “partidarização” como a “participação ativa dos partidos políticos na discussão e possivelmente na formulação da política externa brasileira” (MESQUITA, 2011, p. 4). Seu artigo problematiza a aproximação dos partidos com os temas de política externa, mas diferencia as posições entre eles. Primeiramente, afirma que o PSDB acreditava na aproximação entre setor privado e governo, sendo que o primeiro teria influência no processo formulador e decisório da agenda externa.

Para o autor, o PT tem uma visão diferente desta relação. Sobre o pleito de 2002, o autor afirma que o PT ameniza seus preceitos em função das alianças realizadas para as eleições. Sucintamente, a participação partidária permite que “indivíduos, temas e opiniões antes marginalizados da política externa venham à tona e se apresentem para a comunidade nacional” (MESQUITA, 2011, p. 14).

A recepção de Ahmadinejad, em Brasília, ocorreu no dia 23 de novembro de 2009. A visita havia sido marcada, anteriormente, para maio do mesmo ano, mas o presidente iraniano a postergou, tendo em vista a campanha presidencial iraniana, e as respectivas eleições, que ocorreram em junho de 2009.

O Governo Lula sofreu duras críticas por parte dos setores mais conservadores da sociedade, que o atacavam, principalmente, por sua audácia e sua postura em algumas áreas de atuação, como a condução da política externa. O fato de o presidente brasileiro ignorar estas pressões, e conduzir sua agenda externa baseada apenas nos preceitos multilaterais de respeito à soberania e à solução pacífica de conflitos que lastreiam nossa diplomacia, foi motivo de severos ataques nos meios de comunicação nacionais.

## **5. Os meios de comunicação e a visita de Ahmadinejad ao Brasil**

**O jornal *Folha de S. Paulo***

***RICRI Vol.4, No. 7, pp.19-41***

Uma referência ao presidente iraniano que nos pareceu relevante para este trabalho, nas folhas do editorial do jornal paulista *Folha de S. Paulo*, ocorreu em uma publicação sobre sua eleição no dia 29 de junho de 2005. (*Folha de S. Paulo*, 29/6/2005). Nesta data, o jornal assim abordou a vitória do presidente nas eleições:

A vitória do ultraconservador Mahmoud Ahmadinejad [...]. Mais do que um triunfo do conservadorismo religioso, o resultado do pleito marcou a derrota do projeto reformista, cujo principal expoente, o presidente Muhammad Khatami, deixará o cargo agora, depois de dois mandatos. (*Folha de S. Paulo*, 29/6/2005)

Ainda sobre as eleições, o jornal reportou que a vitória de Ahmadinejad tinha, em parte, ligação com o desgaste na relação entre o governo antecessor e o Conselho dos Guardiães<sup>12</sup>. Segundo o artigo,

[...] O Majlis (Parlamento) votava e aprovava importantes mudanças que tinham o apoio do presidente. Mas os projetos eram sistematicamente barrados pelo Conselho de Guardiães, o super poder judiciário, cujos membros são indicados pelo aiatolá Ali Khamenei, o líder supremo do país. Com o passar do tempo, a popularidade de Khatami foi substituída por descrença e desconfiança. (*Folha de S. Paulo*, 29/6/2005)

O editorial finalizava com a suposição que se segue: "Resta saber agora que tipo de governo Ahmadinejad fará. Pela sua retórica, estará em perfeita sintonia com os religiosos ultraconservadores que estão no poder desde 1979" (*Folha de S. Paulo*, 29/6/2005).

Parece-nos razoável interpretar, dos excertos supracitados, que o editorial da *Folha* tem muitas convergências de opinião com o Departamento de Estado norte-americano. Faz menção ao grupo revolucionário que tomou o poder no Irã em 1979, destituindo um regime pró-americano, como "religiosos ultraconservadores". A desqualificação deste regime é uma retórica recorrente dos Estados Unidos, uma vez que a revolução iraniana levou, aliás, a um ataque à sua embaixada no dia 4 de novembro de 1979, e o regime não hesita em promover uma oposição clara à hegemonia norte-americana.

Ahmadinejad, não era um político que surgiu das camadas religiosas como seus antecessores, mas buscava, sim, aumentar suas credenciais perante este grupo. Segundo Amorim,

[...] o líder iraniano sempre me pareceu um populista autoritário e pragmático, constantemente preocupado em fortalecer suas credenciais com os líderes religiosos,

---

<sup>12</sup> Um corpo de *faqih*s, "aquele que é jurista da lei muçulmana e doutor em religião" (NIKNAM, 1999, tradução nossa), incumbido de garantir que "todas as leis e regulamentações, tanto civis, penais, financeiras, econômicas, administrativas, culturais, militares, políticas ou de outra natureza, devam estar baseadas em preceitos islâmicos." (NIKNAM, 1999, tradução nossa)

além de buscar reforçar-se na Guarda Revolucionária<sup>13</sup>. [...] Recorde-se que Ahmadinejad foi o primeiro presidente extraído não dos meios religiosos, mas do mundo da política. Fora prefeito de Teerã e, aparentemente, contava com o apoio das camadas mais pobres da capital. (AMORIM, 2015, p. 24)

Proferindo tais palavras, o jornal supunha que as relações entre Ahmadinejad e o clero xiita eram harmoniosas, ignorando os embates internos iranianos. Sobre isto, Amorim (2015) esclarece que Ahmadinejad não teria, em seu governo, uma relação plenamente harmoniosa com as camadas do clero: Frequentemente, entrava em choque com representantes do clero xiita e, até mesmo, com o Líder Supremo<sup>14</sup>, que, em mais de uma oportunidade, o desautorizou ou revogou nomeações pelo presidente, inclusive de ministros. (AMORIM, 2015, p. 24-25)

A próxima menção ao presidente no editorial do jornal se deu no ano 2006 (*Folha de S. Paulo*, 13/1/2006). Na época, o periódico abordou as relações conturbadas entre Irã e os membros do Conselho de Segurança da ONU (CSONU), pois estes estudavam aplicar sanções econômicas ao país em decorrência da recente intensificação na atividade de enriquecimento de urânio. Neste editorial, o jornal afirmou que

O presidente Ahmadinejad, numa mostra de que não é confiável, retomou uma retórica de beligerância que fora abandonada na gestão de seu antecessor, Mohamad Khatami. Ahmadinejad já declarou que Israel deveria ser varrido do mapa e que o Holocausto não passou de uma invenção<sup>15</sup>.

A alternativa é recorrer ao Conselho de Segurança. A natureza das sanções, porém, continua em aberto. [...] Espera-se presteza na atuação do Conselho. Até porque as consequências dessa empreitada podem ir além da irresponsabilidade retórica de seu presidente (*Folha de S. Paulo*, 13/1/2006).

Faz-se necessária uma reflexão sobre este excerto. O jornal afirma que o presidente do Irã, na época, tomou um posicionamento beligerante, mas está, de fato, reforçando o argumento daqueles interessados no estabelecimento de sanções econômicas ao Irã, como o Departamento de Estado americano. Ahmadinejad, nesta época, reiterou que o enriquecimento de parte de sua reserva de urânio possuía fins pacíficos, afirmando que isto era uma demanda popular e que seu

---

<sup>13</sup> A Guarda Revolucionária é uma divisão das forças armadas do Irã criada após a Revolução de 1979.

<sup>14</sup> O aiatolá Ali Khamenei.

<sup>15</sup> Muitos autores, como Avelar (2009), afirmam que Ahmadinejad disse que Israel deveria ser varrido do mapa da História, e que esta interpretação beligerante se trata de uma tradução deturpada.

programa estaria alinhado com as normas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)<sup>16</sup>.

O jornal criticava o programa de enriquecimento de urânio do Irã:

A justificativa oficial – as atividades com urânio teriam como único objetivo a produção de energia – não é crível. Em agosto, por exemplo, foram reiniciados os trabalhos na usina de Isfahan, onde o urânio bruto é convertido num gás (o hexafluoreto de urânio) capaz de alimentar centrífugas para a produção de urânio de nível superior – o mesmo empregado em bombas atômicas. (*Folha de S. Paulo*, 13/1/2006)

Neste trecho, a *Folha* opina que a justificativa do presidente iraniano não é crível, mas ignora o fato de que existem utilidades para o urânio enriquecido em níveis acima do necessário para a geração de energia elétrica e que, ainda assim, são inferiores aos níveis necessários para a confecção de uma bomba nuclear (que é de aproximadamente 90%). O presidente iraniano, posteriormente, alegaria que as aspirações nucleares de seu país, além de inerentes à vontade do povo iraniano, estariam em conformidade com as normas da AIEA.

Antes de passarmos para a cobertura do jornal sobre o evento que motiva este trabalho, há outro editorial que merece nossa atenção. Trata-se da matéria intitulada “Ameaça do Irã” (*Folha de S. Paulo*, 4/2/2006), na qual o periódico analisa o posicionamento de Teerã em relação a um possível rompimento com a AIEA, caso o órgão desse continuidade ao encaminhamento de um documento ao CSONU, no qual acusava o Irã de intensificar o enriquecimento de urânio em seu território. Sobre isso: “O documento seria o passo inicial para a possível adoção de sanções contra o Irã.” (*Folha de S. Paulo*, 4/2/2006).

O jornal caracterizou a reação do presidente do Irã:

O governo de Mahmoud Ahmadinejad – o presidente que encarna a inflexão do país de volta à intolerância – também diz que, caso a AIEA ignore a “advertência”, estará desimpedido para retomar o plano de instalar 50 mil centrífugas de urânio em seu território. Ninguém constrói tão grande quantidade de dispositivos para enriquecer o mineral se não for para produzir armas atômicas. (*Folha de S. Paulo*, 4/2/2006)

O periódico afirmou que o país estava caminhando para o isolamento, mencionando o fato de que “as potências do Conselho de Segurança que têm mais interesse na relação com a república

---

<sup>16</sup> “O povo do Irã, os jovens, os mais velhos, os do povo, os da cidade, os operários, os agricultores, os colegiais e os universitários, todos gritam uma frase 'a energia nuclear é nosso direito evidente'". “[...] o Governo vai utilizar todas suas possibilidades para recuperar o direito do povo através de uma via legal e sem tensões”. [...] “[Teerã] procura o uso pacífico da energia atômica dentro da lógica das normas da AIEA”. (Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/03/09/ult1808u60493.jhtm>> Acesso em: 28/9/2015).

islâmica, Rússia e China, já não fazem defesa incondicional de Teerã” (*Folha de S. Paulo*, 4/2/2006).

Talvez o trecho mais significativo seja sua conclusão, na qual o jornal expunha sua opinião:

Mas essa transição ao obscurantismo também se alinha no jogo de espelhos entre o terror islâmico e a Doutrina Bush<sup>17</sup>. Ahmadinejad e seus fanáticos infundem ânimo, no Ocidente, aos fiéis de “teorias” – como a do “choque de civilizações” e a do “Eixo do Mal” – que já deveriam ter sido varridas com o lixo ideológico deste início de século. (*Folha de S. Paulo*, 4/2/2006)

Em primeiro lugar, o termo “eixo do mal” remete a um discurso proferido pelo presidente norte-americano George W. Bush. Segundo Pecequilo (2002), o caráter disperso e difuso do terrorismo que se estabeleceu como inimigo dos Estados Unidos após os ataques de 11 de Setembro de 2001 trouxe um problema para a manutenção da mobilização contra o terrorismo:

[...] à medida que se torna cada vez menos provável a captura de Bin Laden ou a coleta de provas que confirmem sua morte<sup>18</sup>, foi necessário fornecer ao terrorismo uma outra feição: a do Eixo do Mal. Mais ainda era preciso justificar de maneira concreta os gastos em defesa, retomando a ofensiva. (PECEQUILO, 2002, p. 15)

Neste discurso, o presidente utilizou também um argumento forjado na Guerra Fria, na medida em que ele acaba “ênfatizando a ideia do bem e do mal, da existência de um sistema oposto ao americano que somente busca sua destruição sendo necessário detê-lo” (PECEQUILO, 2002, p. 16).

Já o “choque das civilizações”, também citado pela *Folha de S. Paulo*, remete ao artigo de Huntington (1994). A hipótese do autor é a de que, após a Guerra Fria, a nova fonte de conflitos da humanidade não seria

[...] prevalentemente ideológica ou predominantemente econômica. As grandes divisões existentes na humanidade e a fonte dominante de conflito serão culturais. Os Estados-nações continuarão a ser os atores mais poderosos nas questões mundiais, mas os principais conflitos da política global ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações (HUNTINGTON, 1994, p. 1)

---

<sup>17</sup> Princípios da política externa de George W. Bush (presidente americano de 2001 a 2009). A doutrina tratava como terroristas os países ou regimes que poderiam trazer alguma ameaça à segurança dos Estados Unidos. Ela foi criada como resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001. Esta doutrina justificou, por exemplo, a invasão ao Iraque em 2003.

<sup>18</sup> Encontrado e morto em 2011.

A obra de Huntington (1994), ao estabelecer a fonte de conflitos do século XXI como um embate entre culturas, cria a noção de que existem grupos culturais fixos, como o Ocidente e o Islam. Esta ideia foi recebida com ceticismo nos meios acadêmicos dos Estados Unidos, e muitos a consideram equivocada. Entre os críticos, Edward Said (2001) afirmou que esta ideia de civilizações em choque que Huntington elaborou, além de generalizar algo tão complexo como povos ao juntar diferentes grupos de países, tanto ocidentais como muçulmanos, também fomenta a noção de um relacionamento simplista e beligerante entre eles. Ao analisar as obras de Huntington e Lewis<sup>19</sup>, Said (2001) teceu alguns comentários relevantes:

Certamente nem Huntington nem Lewis tinham muito tempo para perder com as dinâmicas internas e pluralidade de cada civilização, ou com o fato de que a maior contestação na maior parte das culturas modernas diz respeito à definição ou à interpretação de cada cultura, ou à pouco atraente possibilidade de que uma grande quantidade de demagogia e ignorância autoritária está envolvida na presunção de falar por toda uma religião ou civilização. Não, o Ocidente é o Ocidente, e o Islã, Islã. (SAID, 2001, s/p, tradução nossa)

O motivo pelo qual o jornal afirma que as teorias do eixo do mal e do choque de civilizações deveriam ter sido varridas com o lixo ideológico deste início de século é que estas teorias, segundo o jornal, fomentariam uma visão beligerante do cenário político mundial. Ao instigar uma militarização dos conflitos, elas acabariam por reduzir a importância de sanções econômicas, e minimizariam também o impacto da solução para o conflito com o Irã defendido pelo jornal, que era o isolamento do país caso o mesmo não se curvasse às exigências das nações envolvidas no conflito diplomático sobre o programa nuclear iraniano.

A visita do presidente Ahmadinejad foi marcada inicialmente para o dia 6 de maio de 2009, e citada num editorial da *Folha* (*Folha de S. Paulo*, 23/4/2009). Nesta ocasião, o Presidente iraniano fez o discurso de abertura da comissão da ONU sobre racismo. Algumas delegações, como as de Israel e dos EUA, boicotaram a sessão. Ao longo do discurso, o Presidente Ahmadinejad proferiu palavras contra Israel, acusando o país de ser um vetor de racismo na região da Palestina<sup>20</sup>. Alguns diplomatas europeus abandonaram a reunião em protesto. Este

<sup>19</sup> Said (2001) afirmou que Huntington se baseia em Lewis para tecer sua teoria. Veja-se: Lewis (1990).

<sup>20</sup> "Depois da Segunda Guerra Mundial, eles lançaram mão da agressão militar para deixar uma nação inteira sem um lar, sob o pretexto do sofrimento judeu, e eles então enviaram imigrantes da Europa, Estados Unidos e de outras partes do mundo para estabelecer um governo totalmente racista na Palestina ocupada", afirmou Ahmadinejad (BBC, 20/4/2009). Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/multimedia/2009/04/090420\\_onu\\_walkout\\_video.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/multimedia/2009/04/090420_onu_walkout_video.shtml)> Acesso em: 1/10/2015).

evento causou reação também do governo brasileiro, que resultou no posicionamento do jornal que analisaremos a seguir:

No dia seguinte, porém, o Itamaraty publicou uma nota com críticas ao discurso de Ahmadinejad. A fala do iraniano "diminui a importância de acontecimentos trágicos e historicamente comprovados, como o holocausto". A observação, prossegue a nota, será reiterada à delegação de Ahmadinejad em sua visita ao Brasil, marcada para 6 de maio. O recuo, de todo bem-vindo, talvez seja sintoma de algum amadurecimento na diplomacia de Lula. A relação com o Irã deveria ficar restrita à abertura de canais de negócios entre os dois países. (*Folha de S. Paulo*, 23/4/2009)

Note-se a visão que o jornal tem de como o Brasil deveria executar sua política externa. Ao opinar que o país deveria se ater à abertura de canais de negócios, a *Folha* demonstra que não concorda com as diretrizes de multilateralidade que regem a política externa brasileira. O jornal parece se incomodar apenas com as atuações multilaterais do país se as mesmas atingem algum ponto de discordância com os interesses a que se submete. Ao que podemos ver até o momento, qualquer apoio a algum opositor dos EUA é visto com claro desprezo pelo jornal paulista.

A visita propriamente dita é analisada no editorial do dia 25 de novembro (*Folha de S. Paulo*, 25/11/2009), a qual o jornal se coloca de forma otimista em relação ao posicionamento do presidente Lula na ocasião.

O direito ao uso pacífico da energia nuclear, como o Irã alega pleitear, foi defendido por Lula, mas "com pleno respeito aos acordos internacionais". A criação do Estado Palestino foi propugnada pelo brasileiro, "ao lado de Israel seguro e soberano". Esta mesma mensagem foi transmitida por Lula a Abbas<sup>21</sup> e Peres<sup>22</sup>, acrescida do apelo para que Israel interrompa a inaceitável construção de assentamentos em território palestino. Distante do calor dos acontecimentos, quer no aspecto geográfico, quer no geopolítico, é a partir do exemplo de convivência pacífica entre cidadãos das mais diversas origens étnicas e crenças religiosas - e do repúdio ao intervencionismo - que o Brasil pode exercer influência positiva, ainda que moderada, no xadrez sanguíneo do Oriente Médio (*Folha de S. Paulo*, 25/11/2009)

Este editorial mostra uma mudança de posicionamento do periódico frente à diplomacia brasileira. Até então, a possibilidade da visita de Ahmadinejad provocava uma intensa reação do jornal. Ele pressupunha que o Itamaraty estaria fazendo uma oposição cega aos EUA, ao manter

---

<sup>21</sup> Mahmoud Abbas é presidente da Autoridade Nacional Palestina desde 2005.

<sup>22</sup> Shimon Peres foi presidente de Israel de 2007 a 2014.



relações amistosas com o Irã. Não obstante, as ressalvas que o governo brasileiro fez sobre as questões de direitos humanos, contra o Irã<sup>23</sup> foram tratadas como incipientes avanços.

Esta posição otimista do jornal em relação à política externa de Lula foi revista no editorial de três dias depois, denominado “E o Brasil se absteve” (*Folha de S. Paulo*, 28/11/2009), em decorrência do posicionamento de abstenção do Brasil em uma votação da AIEA relativa à aplicação de uma moção de censura ao Irã, sob a acusação de que o país estaria se evadindo das obrigações com o órgão.

Diante de mais este indício<sup>24</sup> de que o regime islâmico promove uma corrida às armas atômicas, em vez do alegado objetivo de produzir eletricidade, o chefe da AIEA, o egípcio Mohamed ElBaradei, declarou que as relações com o Irã chegaram a um "beco sem saída". Signatário do tratado de Não Proliferação<sup>25</sup>, o país persa está obrigado a prestar contas e a deixar-se fiscalizar pela agência multilateral, mas vem sabotando esse compromisso (*Folha de S. Paulo*, 28 nov. 2009c).

O jornal também publicou o seguinte:

Na segunda-feira, diante de Ahmadinejad, o presidente Lula reafirmou o repúdio às armas atômicas, inscrito na Constituição do Brasil. Defendeu o uso da energia nuclear para fins pacíficos, norteado pelos tratados internacionais. Palavras ao vento, pelo visto - pois, enquanto o Irã se desvia dessa rota, o Itamaraty se omite (*Folha de S. Paulo*, 28/11/2009).

Ao não se opor ao programa nuclear iraniano, o governo brasileiro estava, na concepção do jornal, se omitindo sobre o assunto - visto que o periódico também acusava o Irã de possuir tal programa por razões bélicas. Além do mais, o jornal não considerava o fato de o Brasil estar promovendo certa equidistância nas relações com os países do Oriente Médio (coisa que havia recentemente reconhecido), algo relevante para amenizar seu discurso contra a diplomacia de Amorim.

Podemos concluir, tendo como base os artigos supra citados da *Folha de S. Paulo*, que o jornal se opunha aos posicionamentos brasileiros sobre o programa nuclear iraniano. Adicionalmente, não hesitava em denegrir a imagem do presidente iraniano e em simplificar a política interna do país para tentar aumentar a credibilidade da aplicação de sanções comerciais, muito defendidas pelos EUA. Pelo que podemos observar, o editorial do jornal estava em perfeita sintonia com os grupos conservadores que fariam oposição cega ao Governo Lula.

<sup>23</sup> Vide a nota de repúdio do Itamaraty ao discurso de Ahmadinejad durante a comissão da ONU sobre racismo.

<sup>24</sup> O jornal se refere ao fato de que o governo iraniano não teria prestado informações suficientes sobre uma usina de processamento de urânio numa base da Guarda Revolucionária do Irã.

<sup>25</sup> O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), estabelecido em 5/5/1970, é um acordo entre Estados que visa evitar a disseminação de armas nucleares e estabelecer o uso pacífico da tecnologia nuclear. O Brasil é signatário do TNP desde 1998, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

### **O jornal *O Estado de S. Paulo***

Outro jornal que analisaremos em nosso trabalho é o jornal *O Estado de S. Paulo*. O periódico paulista publicou, em maio de 2009, um editorial que julgamos ser representativo de sua posição sobre a condução da política externa de Lula e Amorim. Nesta matéria, o jornal aborda o adiamento da visita de Ahmadinejad, as declarações proferidas em seu discurso na comissão da ONU sobre racismo, em abril de 2009, e a resposta do Itamaraty a este discurso.

Contrapondo-se ao Subsecretário Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, Roberto Jaguaribe, que afirmou que se o Brasil tivesse relações apenas com países alinhados ideologicamente, restariam apenas poucos países parceiros, o jornal diz:

É verdade, mas quando um desses presumíveis parceiros é um Estado-pária, pelo menos aos olhos do mundo ocidental de que o Brasil é parte inextricável [...] o papel de ator mundial a que aspira a diplomacia brasileira - em nome do que se explica a aproximação com Teerã - só pode ser exercido mediante um enorme senso de responsabilidade. [...]Tais escolhas [de parceiros] serão tão mais difíceis quando se considera que a posição do Brasil no cenário mundial, embora em ascensão, ainda não lhe permite se conduzir como se as suas credenciais já estivessem plenamente polidas. [...] O episódio de sua visita afinal frustrada contém, por isso, uma lição que o Itamaraty faria bem em aprender (*O Estado de S. Paulo*, 6/5/2009).

Para o *Estadão*, o Brasil ainda não possuía credenciais para influenciar no conflito diplomático entre o Ocidente e o Irã. Pelo que pudemos observar neste editorial, o jornal parecia se identificar com a visão da política externa praticada pelo antecessor de Lula, Fernando Henrique Cardoso. Segundo o periódico, o Brasil deveria se restringir a participar do conflito com o Irã apenas pela via multilateral. Opunha-se, portanto, à diretriz de Lula de ampliar sua participação internacional pelo engajamento tanto multilateral quanto bilateral.

Em 25 de novembro de 2009, logo após a visita de Ahmadinejad, o jornal publicou um editorial no qual encontramos alguns trechos que são centrais para entender o posicionamento do periódico.

[...] O presidente brasileiro, em todo caso, tratou de se resguardar. A anos-luz do Lula que em junho reduziu a um mero “protesto de quem perdeu” as manifestações sem precedentes na república islâmica contra a maciça fraude eleitoral que manteve Ahmadinejad no poder<sup>26</sup>, desta vez ele disse que “a política externa brasileira é balizada

---

<sup>26</sup> A oposição do país alegou que houve fraudes no processo eleitoral, mas isso não foi confirmado. Manifestações ocorreram no país, e Lula caracterizou-as como "demonstrações de quem perdeu" (CHADE, 2009. Disponível em:

pelo compromisso com a democracia e o respeito à diversidade”. Diante do impassível chefe do governo que executou 115 participantes das passeatas de Teerã, sem falar nas prisões e torturas em massa, Lula foi inequívoco. (*O Estado de S. Paulo*, 2/11/2009)

Em seguida, o jornal parafraseava o presidente Lula, que lembrou dos compromissos do Brasil com os direitos humanos e a liberdade de escolha, além do repúdio a todo ato de intolerância ou o recurso ao terrorismo. Em oposição a isso, o periódico enfatizava o envolvimento do Irã com o Hamas e com o Hezbollah, fazendo alusão às estratégias de combate destes grupos, que os Estados Unidos caracterizam como terroristas. Além do mais, faz a seguinte denúncia a Lula:

Teria sido perfeito se lembrasse ao sonegador do Holocausto que o Brasil repudia também o desrespeito às verdades históricas. Mas defendeu a criação de um Estado Palestino “ao lado de um Estado de Israel (que Ahmadinejad considera um “tumor”) seguro e soberano”. (*O Estado de S. Paulo*, 25/11/2009)

Nestes excertos, percebemos que há intransigência, da parte do jornal, para com o presidente iraniano. Ele não reluta em lembrar a posição controversa na qual o Irã se encontrava ao ressaltar o fato de que a maior parte do Ocidente depositava certa descrença no país. Observamos, também, que o jornal afirmava que Lula estaria, de certo modo, limitando seu discurso por estar ao lado do presidente iraniano. Em uma estrutura de discurso que induz o leitor a entender que Lula se omitia em abordar, com a veemência que o jornal esperava, a questão nuclear iraniana, observemos o excerto que se segue:

Tergiversou, porém, ao abordar o ponto nevrálgico do contencioso da comunidade internacional com o Irã - o seu programa nuclear. Embora instasse o interlocutor a trabalhar com os países interessados em "encontrar uma solução justa e equilibrada para a questão", tropeçou no modo pelo qual justificou "o direito do Irã de desenvolver um Programa nuclear com fins pacíficos". “É simples”, alegou. "Aquilo que defendemos para nós defendemos para os outros" [...]. (*O Estado de S. Paulo*, 25/11/2009)

Achamos apropriado fazer um parêntese sobre os excertos supracitados e o artigo em questão como um todo. Neste editorial, *O Estado de S. Paulo* não menciona, ao menos diretamente, o fato de que outras autoridades do Oriente Médio aterrissaram em Brasília no mesmo mês. As visitas de Mahmoud Abbas, da Autoridade Palestina, e de Shimon Peres, presidente de Israel, ambos em busca de abertura de diálogo com o Brasil, parecem ter sido deixadas de lado pelo jornal. Para a diplomacia de Lula e Amorim, o fato de que houve visitas de representantes de diferentes lados do mesmo conflito, dão um caráter de isenção ao posicionamento do Brasil perante o conflito. Não podemos, a partir dos dados empíricos analisados para este trabalho, afirmar que o jornal

---

<http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,protesto-no-ira-e-demonstracao-de-quem-perdeu-diz-lula,387569>. Acesso em: 1/11/2015).

nega esta alegação, mas é fato que ele se eximiu da responsabilidade de se posicionar perante estas outras visitas<sup>27</sup>.

De fato, as visitas de Abbas e Peres não são abordadas, mas são permeadas por um pequeno trecho, no qual o periódico descreve a diplomacia de Lula, como parafraseamos a seguir:

O presidente Brasileiro quer passar ao mundo a imagem de grande promotor do diálogo como instrumento insubstituível para a solução de conflitos locais, regionais ou globais. O Brasil, nessa perspectiva, já teria adquirido estatura, prestígio e respeito para se credenciar a esse papel - e exercê-lo com êxito. (*O Estado de S. Paulo*, 25/11/2009)

E continua o jornal a criticar a posição da política externa brasileira:

Não está claro onde isto teria acontecido, salvo, quem sabe, no Haiti<sup>28</sup>. Mas o ponto da megalômana diplomacia lulista, para justificar a acolhida de uma figura que disputa com Robert Mugabe<sup>29</sup>, o eterno ditador do Zimbábue, o título de mais execrado governante do planeta, é que o país deve confraternizar com qualquer regime que faça praça de prestigiar o Brasil (*O Estado de S. Paulo*, 25/11/2009).

Numa posição que descredita o Brasil, o jornal fala como se o país não tivesse qualquer representatividade no cenário internacional e recorresse, como que desesperadamente, ao apoio de presidentes como Ahmadinejad e Mugabe – que possuem posição desprivilegiada no foro internacional como um todo. Ignora, desta forma, a premissa do posicionamento da condução da política externa de Lula e Amorim de descontinuidade de alinhamento quase incondicional com o tradicional eixo do “Atlântico Norte”.

## Considerações Finais

A análise dos jornais *Folha* e *Estado* sobre a visita de Ahmadinejad nos permitiu estabelecer uma comparação entre eles, levando em conta este mesmo acontecimento. As publicações analisadas, algumas muito próximas cronologicamente, permitem-nos tecer algumas importantes considerações sobre o tema.

Em primeiro lugar, o jornal *Folha de S. Paulo* nos pareceu ser um jornal mais contido em seu vocabulário quando se referia a pessoas e países do que *O Estado de S. Paulo*. Ao descrever a

---

<sup>27</sup> Não encontramos, na sessão editorial do jornal, nenhuma menção às visitas de Mahmoud Abbas e Shimon Peres, realizadas em 11/2009.

<sup>28</sup> O jornal se refere à missão de paz conduzida pelo Brasil no Haiti.

<sup>29</sup> Presidente do Zimbábue desde 1987, e reeleito em 2008, acusado de ter executado opositores para subir ao poder.

vitória de Ahmadinejad em sua eleição, por exemplo, avaliou o fato de o presidente estar buscando aumentar suas credenciais com o clero xiita como um alinhamento com esta camada. Buscamos explicar, embasados no ministro Celso Amorim, que a *Folha* ignora – ou desconhece – algumas nuances da política interna iraniana ao afirmar que Ahmadinejad seria um ultraconservador alinhado ao clero, e que Ahmadinejad não possuía, nem teria ao longo de sua administração, uma relação harmoniosa com a liderança xiita.

Pudemos observar que *Folha* e *Estado* são, em diferentes aspectos, opositores ao projeto de política externa do Governo Lula, ao menos no que tange ao episódio da visita de Ahmadinejad. Mas admitimos que suas posições são diferentes. A *Folha* criticou a intensidade da participação brasileira no Oriente Médio, mas não se opôs a ela, pois a achava necessária para estimular as trocas comerciais com a região. O *Estado* é mais categórico: não admite que o Brasil esteja pronto para exercer alguma influência na região. Para ele, devemos trabalhar ainda mais em nossas credenciais diplomáticas antes de nos ver na posição de ajudar algum país da região. Ambos falham, entretanto, em indicar quando seria o momento adequado de estabelecimento ou aprofundamento de influência na região.

Uma vez que estes veículos não são alinhados ideologicamente ao PT, dificilmente aceitariam algum tipo de manobra diplomática audaciosa que partisse do governo. A visita se limitou a cobrir assuntos diplomáticos protocolares e, como o próprio presidente Lula disse que a conduziria, não ignorou os aspectos dos discursos de Ahmadinejad que, na época, causaram grande efeito no cenário internacional. Acima de tudo, Amorim e Lula fizeram jus à posição equidistante a que se propuseram estabelecer quando receberam Ahmadinejad, Peres e Abbas no mesmo mês, e ainda reiteraram, ao lado do presidente iraniano, que apoiariam a criação do Estado da Palestina desde que próxima a um Israel seguro e soberano. O *Estado*, por exemplo, ao não citar as visitas de Abbas e Peres, nos pareceu ignorar estes fatores para aumentar a credibilidade de sua análise.

Podemos concluir, sobre os periódicos abordados, que não há isenção na abordagem da visita do presidente do Irã. Os editoriais que analisamos mostram, claramente, que os jornais possuem uma posição ideológica e não hesitam em publicar, de forma tendenciosa, os fatos em uma forma que lhes convém apresentá-los.

Podemos concluir, à luz de nossas hipóteses, que nosso trabalho atingiu parcialmente os objetivos que esperava alcançar. Não nos é tangível, entretanto, quantificar ou avaliar o quanto estes artigos analisados influenciaram (ou influenciam) o próprio processo decisório da formulação de política externa, mas é possível alegar que parcela da opinião pública, que frequentemente se apoia nestes veículos para conhecimento e formulação de seu posicionamento, sofre influência dos jornais.

## Referências Bibliográficas

ADGHIRNI, Samy. (2009) Brasil Corteja Irã por voz no Oriente Médio. *Folha de S. Paulo*. Disponível em <[http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2211200901.htm#\\_=\\_](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2211200901.htm#_=_)> Acesso em: 6/6/2015.

AMORIM, Celso. (2005) Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. *Observatório Político Sul-Americano*. Nº4. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22214.pdf>> Acesso em: 6/6/2015.

\_\_\_\_\_. (2005) *Teerã, Ramalá e Doha: memórias de uma política externa ativa e altiva*. São Paulo: Ed. Benvirá.

AVELAR, Idelber. (2009) A histeria da direita com a visita de Ahmadinejad. *Carta Maior*. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-histeria-da-direita-com-a-visita-de-Ahmadinejad%0D%0A/6/15085>> Acesso em: 15/6/2015.

BBC. (2009) *Diplomatas deixam reunião da ONU durante discurso de líder do Irã*. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/multimedia/2009/04/090420\\_onu\\_walkout\\_video.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/multimedia/2009/04/090420_onu_walkout_video.shtml)> Acesso em: 1/10/2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. (2009) Empresariado industrial, democracia e poder político. *Novos estudos – CEBRAP*. São Paulo, n. 84, p. 83-99. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002009000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01/10/2015.

CAMARGO, J. F. (2011) *Mídia e Relações Internacionais: lições da invasão do Iraque em 2003*. Curitiba: Juruá.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. (2000) A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? *Ciência da Informação*. Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39.

CHADE, Jamil. (2009) Protesto no Irã é 'demonstração de quem perdeu', diz Lula. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,protesto-no-ira-e-demonstracao-de-quem-perdeu-diz-lula,387569>>. Acesso em: 1/11/2015.

COSKUN, Bezen Balamir. (2009) Global Energy Geopolitics and Iran. *Uluslararası İlişkiler*. Vol. 5. n. 20. p. 179-201.

- Vitória Fundamentalista. (2005) *Folha de S. Paulo*. São Paulo, A2. 29 de Junho.
- Mais Firmeza com o Irã. (2006) *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A2. 13 de Janeiro.
- Ameaça do Irã. (2006) *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A2. 4 de Fevereiro.
- Vexame em Genebra. (2009) *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A2. 23 de Abril.
- Recepção Equilibrada. (2009) *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A2. 25 de Novembro.
- E o Brasil se absteve. (2009) *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A2. 28 de Novembro.
- GLEIS, Joshua L.; BERTI, Benedetta. (2012) *Hezbollah and Hamas: a comparative study*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994) O Choque das Civilizações? *Revista de Política Externa*. Vol. 2. Mar.
- LEWIS, Bernard. (1990) The Roots of Muslim Rage. *The Atlantic Monthly*. p. 47-60. Set.
- MARTINEZ, C. R.; MAIA, L. A.; SANTOS, V. R. (2014) Declaração Conjunta de Brasil, Irã e Turquia: Análises desse acordo internacional e da participação brasileira. *Novas Fronteiras*, Porto Alegre, v. 1 n. 2 jul-dez, p. 24-42.
- MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. (1971) *Guerra e paz na aldeia global*. Record, Rio de Janeiro.
- MESQUITA, Lucas Ribeiro. (2011) Partidarização da política externa brasileira: uma proposta para a participação partidária na Política Externa. *3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*. São Paulo/SP.
- NIKNAM, Azadeh. (1999) The islamization of law in Iran: a time of disenchantment. *Middle East Report and Information Project*. Washington, DC, v. 29. (Disponível em: <[http://www.merip.org/mer/mer212/islamization-law-iran#\\_2\\_](http://www.merip.org/mer/mer212/islamization-law-iran#_2_)> Acesso em: 17/8/2015).
- NYE JUNIOR, Joseph Samuel. (1990) Soft Power. *Foreign Policy*. No. 80. p. 153-171.
- A visita cancelada. (2009) *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p. A3. 6 de Maio.
- O gol contra de Lula. (2009) *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p. A3. 25 de Novembro.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. (2008) A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51 n.2, p. 136–153.
- \_\_\_\_\_. (2002) O Eixo do Mal. *Meridiano 47*. Mar. Abr. p. 14-17 N. 19-20.
- ROY, Sara. (2000) The Transformation of Islamist NGOs in Palestine. *Middle East Report*. Washington, DC, v. 30. Disponível em: <[http://www.merip.org/mer/mer214/transformation-islamist-ngos-palestine#\\_1\\_](http://www.merip.org/mer/mer214/transformation-islamist-ngos-palestine#_1_)> Acesso: 24/5/2015.



SAID, Edward W. (2001) The clash of ignorance: labels like "Islam" and "The West" serve only to confuse us about a disorderly reality. *The Nation*. (Disponível em: <<http://www.thenation.com/article/clash-ignorance/>> Acesso em: 3/10/2015).

SILVA, Ronaldo Pedroso da; ALVARENGA, Cristiano. (2009) A internet como instrumento da aldeia global. *Revista da Católica*. Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 140-148. (Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n2/11-JORNALISMO-02.pdf>> Acesso em: 9/8/2015).

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. (2008) O papel do petróleo na geopolítica americana. In: *Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI “O Brasil no Mundo que vem aí”*. N. 2, 2007. Rio de Janeiro/Brasília: FUNAG, p. 181-230.

UOL NOTÍCIAS. (2006) *Ahmadinejad insiste em direito a uso pacífico de energia nuclear*. 9 Mar. (Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/03/09/ult1808u60493.jhtm>> Acesso em: 28/9/2015).

U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Iran Sanctions*. (Disponível em: <<http://www.state.gov/e/eb/tfs/spi/iran/index.htm>> Acesso em: 2/10/2015).

VERÓN, E. (1974) Comunicación de masas y producción de ideología: acerca de la constitución del discurso burgués en la prensa semanal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. 1, Buenos Aires, Paidós, p. 9–42.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. (2007) A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*.

VIZENTINI, Paulo. (2006) O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais in ALTEMANI, Henrique & LESSA, Antonio Carlos (orgs). *Relações internacionais do Brasil - temas e agendas*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva. p. 159-193.

WERTHEIN, Jorge. (2000) A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77.